

AGRICULTURA, POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS E PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO NA DÉCADA DE 90¹

Marina Brasil Rocha²

RESUMO

Dados os vínculos existentes entre as políticas macroeconômicas e setoriais, este artigo procura analisar, ainda que de maneira abrangente, o impacto das primeiras sobre o setor agrícola no período 1990-1995. O objetivo principal deste trabalho é verificar se, a exemplo dos anos oitenta, a política setorial, e mais particularmente a política de preços mínimos, contribuiu para a boa performance da produção agrícola nos primeiros anos da década de 90. É feita uma análise sucinta do cenário econômico geral e da evolução e desempenho do setor agrícola, destacando o comportamento das principais culturas cultivadas no País, e particularizando o das culturas de grãos, alvo central da política setorial, face a sua importância para o controle da inflação. Faz-se uma retrospectiva do impacto mais geral dos Planos de Estabilização sobre os preços recebidos e pagos pelos produtores, avaliando-se então o papel dos preços de garantia do Governo e do crédito rural como indutores do investimento na agricultura, destacando-se a importância da abertura comercial para o desempenho do setor. Conclui-se que, apesar da decadência dos instrumentos tradicionais de política agrícola, a

produção agrícola continuou a evoluir nos anos 90, devido basicamente aos incentivos de preços originados pelo mercado e à queda dos custos de produção.

Palavras-chave: política agrícola, preços mínimos, crédito rural.

AGRICULTURE, MINIMUM PRICES POLICY AND STABILIZATION PLANS IN THE 90'S

SUMMARY

The main objective of this paper is to verify whether the setorial policy and particularly the support-price policy have contributed to the good performance of the agricultural production in the first five years of the 90's. Initially, an overview of the Brazilian economy and the evolution and performance of the agricultural sector in this period are presented. The scenario of the main crops, particularly grains, is emphasized as it consists the main target of the setorial policy due to its importance in controlling inflation rates. In addition, a retrospective of the general impacts of the Government's Stabilization Plans on farmer's received and paid prices is made. Thus the role of support-prices and rural credit as inductors of agriculture investments may be evaluated. The

¹O autor agradece, particularmente, os comentários e sugestões dados pelo Professor Pedro Ramos ao longo da execução deste trabalho.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

importance of the commercial opening for the sector's good performance is also highlighted. The main conclusion is that the agricultural production has continued to develop in the 90's despite the decadence of the traditional tools of agricultural policy basically due to incentives to market prices and a decrease in production costs.

Key-words: agricultural policy, minimum prices, rural credit.

1 - INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 80, o comportamento da agricultura tem sido condicionado por diferentes políticas macroeconômicas implementadas no País. Segundo BUAINAIN e REZENDE (1995), a crescente instabilidade econômica, além da institucional e política, determinadas pelo ambiente econômico mais geral, repercutiu também no setor agrícola, acarretando um aumento da instabilidade da renda agrícola já no final dos anos 80, mais precisamente no período pós-87. Ressalte-se que para esses autores, foram as políticas setoriais que conferiram certa proteção para uma parcela dos produtores rurais, particularmente a política de preços mínimos, contribuindo para a boa performance da produção agrícola mesmo numa conjuntura de crise. Em vista disso, o presente trabalho procurará verificar a validade dessa visão para os primeiros anos da década de 90, num contexto de maior abertura da economia para o exterior. Procurará ainda, verificar o impacto das políticas macroeconômicas e das políticas setoriais sobre o setor agrícola no período 1990-95, sem contudo detalhá-las, mencionando-as ao longo do presente trabalho sempre que oportuno, dado o fortalecimento dos vínculos existentes entre as mesmas e as políticas setoriais.

Para tanto, faz-se inicialmente uma análise sucinta do cenário econômico geral e da evolução e do desempenho do setor agrícola, particularizando a produção de grãos, alvo central da política setorial, dada a sua importância para o controle da inflação, objetivo da implementação dos diversos Planos de Estabilização. Em seguida, faz-se uma retros-

pectiva do impacto mais geral desses Planos sobre os preços recebidos e pagos pelos produtores, avaliando-se então o papel dos preços de garantia como fator de sustentação da renda e do crédito rural como indutor do investimento na agricultura. Por fim, destaca-se a importância da abertura comercial e, em particular, das importações para o desempenho do setor.

Os dados utilizados foram coletados junto a órgãos oficiais, sendo que para o ano de 1995, alguns são ainda preliminares.

2 - REFERENCIAL ECONÔMICO

A inflação brasileira tem sido a mais persistente da história econômica recente. Na tentativa de contê-la, a economia brasileira passou por diversos tipos de programas de ajustamento e estabilização, desde o tradicional pacote recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajustar o balanço de pagamentos adotado em 1982, até o heterodoxo Plano Cruzado de 1986, passando pela mistura de heterodoxia com ortodoxia do Plano Bresser de 1987, pelo Plano Verão de 1988, pelo Plano Collor de 1990, que congelou e confiscou os ativos financeiros e as contas bancárias e adotou. Em seguida, um tipo de ajuste estrutural à la Banco Mundial/FMI, baseado em políticas de liberalização e privatização e, finalmente, pelo Plano Real, cuja característica principal foi a introdução gradual de uma nova moeda com paridade fixa em relação ao dólar americano.

As diversas tentativas de estabilização anteriores ao Plano Real não alcançaram sucesso duradouro, muito embora tenham conseguido curtos períodos de redução das taxas de inflação. No período que antecedeu a implantação do Plano Real a taxa anual de inflação

(junho/93 a junho/94) atingiu 5.153,5%, evidenciando a necessidade de novas medidas econômicas que buscassem afastar o espectro da hiperinflação que, desde 1987, rondava a economia.

As condições gerais que propiciaram esse quadro de inflação persistente e em contínua elevação foram a dívida externa acumulada nos anos 70, o choque externo de 1979 (segundo choque do petróleo e choque dos juros) e a suspensão dos financiamentos externos desde 1982 (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 1991).

Com a brusca interrupção do fluxo de capitais e a necessidade de pagar o serviço da dívida externa (juros e amortizações), o equilíbrio do balanço de pagamentos tornou-se comprometido. A estratégia adotada, no entanto, contribuiu para a aceleração inflacionária, não só pelo lado dos ajustamentos cambiais mas, também, pela pressão exercida sobre a base monetária, em consequência da geração de mega-superávits privados em uma economia cuja dívida externa foi quase totalmente contraída pelo setor público (MARQUES, 1994). Como consequência, o financiamento do déficit em transações correntes passou a depender cada vez mais do endividamento público interno e da senhoriagem, gerando uma crise fiscal que só se agravou ao longo da década de 80. A crise fiscal imobilizou a política econômica, transformando o governo num instrumento passivo de validação da inflação através de déficits fiscais e de finanças inflacionárias (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 1991).

O agravamento da situação macroeconômica determinou, a partir de meados da década de 80, o deslocamento da prioridade do ajuste externo para a da estabilização doméstica, que se traduziu nas diversas tentativas de estabi-

lização da economia.

As políticas macroeconômicas e setoriais adotadas pelos sucessivos governos, visando prioritariamente o controle inflacionário condicionaram o comportamento da agricultura, nos anos oitenta e início dos noventa (1990/91 e 1991/92), determinando períodos de estagnação, de crescimento e de crise no setor agrícola. A esses condicionantes BUAINAIN e REZENDE (1995) acrescentam ainda, a participação dos produtores agrícolas no mercado financeiro, propiciada pelo florescimento do mercado de títulos da dívida pública, direcionando, por um lado, os investimentos produtivos que passaram a ser determinados, em parte, pelos ganhos de curto prazo do mercado aberto e, por outro, onerando os custos de produção pelo aumento dos custos financeiros.

3 - EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO 1990-95

O processo de desenvolvimento do Brasil implicou redução gradativa da participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto (PIB), à semelhança do ocorrido em outros países (Tabela 1). Entretanto, este setor continua sendo importante como fonte empregadora de mão-de-obra, absorvendo cerca de 25% da força de trabalho e como gerador de divisas, contribuindo com, aproximadamente, 40% das exportações totais, se se considerar os produtos agrícolas processados e semi-processados (COELHO e VENTURELLI, 1995).

Uma análise mais detalhada do crescimento agrícola nos últimos dez anos mostra que, nesse período, um

fato se destaca de imediato: a interrupção do crescimento do produto agrícola e, mais particularmente, da produção vegetal no ano de 1990 (Tabela 2). Enquanto o produto agrícola total retraiu-se em cerca de 4,5% no período 1989/90, o produto vegetal decresceu cerca de 10%, mantendo-se ambos praticamente estagnados no ano seguinte. Esse fraco desempenho da produção agrícola no biênio 1990/91, foi consequência da queda do nível de investimento na agricultura em 1989 e 1990 e de condições climáticas desfavoráveis, que atingiram as principais regiões produtoras de forma alternada nos anos agrícolas 1989/90 e 1990/91 (GOLDIN e REZENDE, 1993).

Apesar da produção vegetal ter-se recuperado em 1992 (+6,0% aproximadamente), somente

TABELA 1 - Participação Setorial no Produto Interno Bruto (PIB), Brasil, 1970, 1980, 1990-93

	(em %)					
PIB/Atividade	1970	1980	1990	1991	1992	1993
Agricultura	11,55	10,20	9,12	9,18	9,75	9,13
Indústria	35,84	40,58	34,31	33,62	32,64	33,68
Serviços	52,61	49,22	56,67	52,20	56,61	56,89

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1970-1993, in: VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JÚNIOR (1996:238).

TABELA 2 - Índices de Produto Real Total e por Principais Setores, Brasil, 1985-94

(base 1980=100)

Ano	Total	Agricultura			Indústria				Serviços
		Total	Vegetal	Animal	Total	Transformação	Construção civil	Extrativismo mineral	
1985	105,6	121,5	127,8	109,5	99,0	96,9	84,7	175,3	109,7
1986	113,6	111,8	114,8	104,8	110,7	107,8	100,2	181,8	118,7
1987	117,7	128,5	132,4	120,0	111,9	108,9	101,4	180,5	122,6
1988	117,5	129,6	130,1	126,3	109,0	105,5	98,4	181,3	125,5
1989	121,4	133,3	134,3	129,2	112,2	108,2	101,6	188,4	130,3
1990	117,1	127,4	120,6	137,9	102,3	97,9	87,9	193,9	131,3
1991	117,5	130,9	122,7	143,6	100,5	95,6	84,8	195,7	133,4
1992	116,5	137,9	130,0	150,1	96,7	91,7	79,2	197,2	133,4
1993	121,4	136,5	127,6	149,5	103,3	99,1	83,0	198,4	138,1
1994	128,4	147,6	141,0	157,0	110,4	106,8	88,1	207,8	143,7

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1995).

após dois anos, em 1994, é que a produção agrícola total conseguiu superar o nível atingido em 1989, em função de condições climáticas favoráveis no Nordeste do País, que contribuíram para o aumento da produção regional de grãos, associada a uma retomada no nível de investimento setorial, propiciada pela reativação de políticas dirigidas ao setor - maior oferta de crédito rural - e pela recuperação dos preços dos produtos agrícolas em 1993.

Esse comportamento contrasta com o do setor industrial, que apresentou quedas contínuas do produto total no período 1990/92, voltando a recuperar-se de modo mais significativo somente em 1994 sem, contudo, conseguir retomar o nível atingido em 1989. A retomada do crescimento industrial vem sendo explicada não pela elevação do investimento setorial e sim, pela maior ocupação da capacidade instalada no setor.

Esse comportamento diferenciado

entre os setores agrícola e industrial frente à crise interna evidencia o papel assumido pela agricultura desde a crise dos anos 80 como setor econômico de maior importância social dentre os dois, por sua função estabilizadora na economia e por contribuir para o amortecimento do crescimento da renda.

3.1 - A Composição da Produção Agrícola: 1990-95

A análise da evolução das principais culturas, na primeira metade dos anos noventa, evidencia uma perda de seu dinamismo em termos de área, produção e rendimento médio.

Das treze culturas selecionadas - algodão, amendoim, arroz, cacau, café, cana, feijão, laranja, mandioca, mamona, milho, soja e trigo -, oito tiveram decréscimos nas taxas de crescimento anual de área, sendo que os mais expressivos foram para as culturas de mamona (23,6%), trigo (18,1%), algodão

(8,9%) e café (8,2%) (Tabela 3). Também esses produtos foram os que apresentaram decréscimos significativos nas taxas de crescimento da produção e do rendimento, à exceção do algodão, que apresentou taxa de crescimento anual positiva de 4,65% no rendimento, de igual magnitude às observadas nas culturas de laranja e soja.

TABELA 3 - Taxas de Crescimento Médio Anual das Áreas, Produção e Rendimento Médio das Principais Lavouras, Brasil, 1990-95¹

(em %)			
Lavouras selecionadas	Área	Produção	Rendimento
Algodão	-8,91	-4,67	4,65
Amendoim	-2,38	4,12	1,69
Arroz	2,15	8,62	6,33
Cacau	-0,59	-3,85	-3,27
Café	-8,20	-12,50	-0,10
Cana	-1,10	2,40	1,20
Feijão	1,14	-5,15	-6,23
Laranja	-1,97	2,38	4,44
Mandioca	0,20	0,70	8,30
Mamona	-	-25,70	-2,80
	23,60		
Milho	4,17	11,20	6,75
Soja	0,30	5,10	5,00
Trigo	-	-15,00	3,80
	18,10		

¹As taxas foram obtidas por ajuste exponencial.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995) e FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1995).

arroz que foram de, respectivamente, 11,2% e 8,6%, também em decorrência de ganhos de produtividade.

Esse comportamento da produção agrícola, principalmente em relação ao crescimento do rendimento médio das culturas, mais significativos para aquelas com baixo grau de processamento industrial, como mandioca e arroz, é surpreendente face a crescente queda

to, a queda mais expressiva em termos de rendimento foi observada para o feijão, o que resultou em taxas negativas de crescimento para a produção, anulando os efeitos da expansão de área no período.

Convém destacar a elevação observada nas taxas de crescimento da produção do milho e do oferta dos recursos públicos destinados ao crédito rural e à elevação das taxas de juros para o setor. Entretanto, é similar ao observado na década de oitenta, atribuído por GOLDIN e REZENDE (1993) ao apoio governamental via Política de Garantia de Preços Mínimos que, aliados a outras medidas dirigidas a outros setores, aumentaram a competição da agricultura pelos recursos da economia, redirecionando os investimentos no setor.

3.1.1 - A produção de grãos: 1990-1995

A produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas no período 1990-1995 apresentou significativa expansão, da ordem de 38% (Tabela 4).

Esse crescimento, entretanto, não foi uniforme ao longo do período. Os dois primeiros anos do período 1990-95 tiveram suas produções afetadas por condições climáticas adversas, que atingiram as principais regiões produtoras de forma alternada nos anos agrícolas 1989/90 e 1990/91. Assim, em relação à safra recorde obtida em 1989, 71,5 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as safras de 1990 e 1991 apresentaram quedas de 18,5% e de 19,2%, respectivamente.

Esse fraco desempenho da produção agrícola nacional, no biênio 1990-91, foi fruto também da redução dos níveis de investimentos para os anos agrícola-

las 1989/90 e 1990/91, provocado pela instabilidade da renda agrícola no final dos anos 80, em decorrência de mudanças nas políticas setoriais, tanto quanto das políticas macroeconômicas (Planos de Estabilização) adotadas para combater a inflação (BUAINAIM e REZENDE, 1995). Com a melhoria das condições climáticas e um maior nível de investimento nos anos subseqüentes, viabilizados pela reativação das políticas setoriais - de crédito e de preços de garantia -, a produção agrícola voltou a recuperar-se. A partir de 1993, esta recuperação é mais significativa em consequência do aumento da produtividade das principais lavouras, uma vez que a área plantada, a partir de 1994, voltou a retrair-se (Tabela 5).

3.2 - Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores

A análise da evolução dos preços recebidos pelos agricultores dos principais Estados produtores das culturas amparadas pela política de preços mínimos, assim como das demais culturas de expressão na agricultura brasileira no período 1990-95, permite visualizar os efeitos dos Planos de Estabilização sobre o setor agrícola (Anexo 1).

Em 1990, quando da implementação do Plano Collor, encontrava-se em pleno andamento a comercialização da safra 89/90, a maior obtida ao longo dos anos 80. Os produtores encontravam-se descapitalizados em decorrência da queda

TABELA 4 - Evolução da Produção Nacional de Grãos, 1989/90-1995/96

(em mil t)							
Produto	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
1ª Safra							
Arroz			10.102,8		10.522,8	11.243,4	10.005,2
	7.967,6	9.996,7		9.902,7			
Amendoim	113,6	108,2	127,0	116,3	124,2	113,7	113,1
Algodão	1.254,0	1.346,5	1.243,7	770,5	952,2	1.059,7	941,2
Feijão	911,0	1.069,8	1.292,3	1.234,1	1.151,7	1.006,4	942,1
Mamona	118,2	134,6	116,0	37,5	37,3	51,4	51,4
Milho	21.806,5	23.173,4	29.330,3	26.819,4	31.014,6	34.154,1	28.976,4
Soja	20.101,3	15.394,5	19.418,6	23.042,0	25.059,2	25.934,1	22.982,2
Sorgo	342,5	294,5	294,2	281,4	281,3	281,3	281,3
2ª Safra							
Amendoim	30,7	36,7	30,2	35,4	35,3	28,9	28,9
Feijão							1.866,8
	1.180,1	1.452,7	1.300,5	781,8	1.797,4	1.866,8	
Milho	451,0	922,7	1.440,9	2.388,0	2.158,9	3.175,0	3.175,0
Inverno Aveia	255,9	386,3	295,1	292,1	309,0	191,2	191,2
Centeio	4,5	7,5	7,0	6,0	4,9	3,2	3,2
Cevada							

	210,1	112,9	152,5	131,8	109,8	146,2	146,2
Feijão							
	254,0	285,2	309,7	363,1	294,9	318,3	318,3
Trigo							1.524,2
	3.304,0	3.077,8	2.739,2	2.097,9	2.137,6	1.524,2	
Brasil	58.305,0	57.800,0	68.200,0	68.300,0	75.991,1	81.097,9	71.546,7

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995 e 1996).

TABELA 5 - Evolução da Área Plantada de Grãos, 1989/90-1995/96

(em 1.000ha)

Produto	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
1ª Safra							
Arroz							3.868,3
	4.179,5	4.232,4	4.614,0	4.384,9	4.390,8	4.246,9	
Amendo- im	68,1	65,3	71,7	58,5	66,2	68,7	60,5
Algodão							1.136,6
	1.963,8	1.938,8	1.971,2	1.277,1	1.237,8	1.324,7	
Feijão							1.546,6
	1.704,4	1.880,5	1.948,8	1.884,3	1.821,3	1.668,7	
Mamona							
	241,5	239,6	180,7	135,8	116,7	116,7	116,7
Milho	11.835,8	12.946,8	13.331,8	11.242,6	12.506,9	12.761,9	12.145,4
Soja	11.551,4			10.717,0	11.501,7	11.678,7	10.713,9
		9.742,5	9.582,2				
Sorgo							
	191,1	194,8	168,9	150,9	162,2	162,2	162,2
2ª Safra							
Amendo- im	21,9	22,2	25,8	23,9	24,6	24,5	24,5
Feijão							3.518,4
	3.128,2	3.394,6	3.284,0	2.318,7	3.581,3	3.518,4	
Milho							1.409,8
	256,5	504,6	695,3	1.193,7	1.644,6	1.409,8	
Inverno Aveia							
	195,5	253,7	284,0	262,8	290,4	159,2	159,2
Centeio							
	4,1	5,2	5,0	5,2	4,1	2,5	2,5
Cevada							
	105,0	98,1	71,0	68,1	57,0	77,3	77,3
Feijão							
	213,9	229,1	249,6	255,5	241,8	217,7	217,7
Trigo							1.033,8
	3.283,3	2.145,9	1.997,9	1.670,9	1.446,0	1.033,8	
Brasil	38.944,0	37.894,1	38.481,9	35.649,9	39.093,4	38.471,7	36.193,4

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995 e 1996).

dos preços agrícolas no 2º semestre de 1989, propiciada pela venda apressada dos estoques retidos da safra 88/89 e pelo atraso na liberação do crédito de custeio da safra 89/90. As altas taxas de juros e a aceleração inflacionária

no final de 89, induziam os produtores a investir em aplicações financeiras de maior liquidez que os estoques agrícolas, e que permitissem a rápida liquidação à época do plantio, de modo a financiar o custeio da nova safra, bem como por proteger o seu capital da corrosão inflacionária.

Em conseqüência, a produção na safra 89/90 realizou-se num contexto de maior endividamento dos produtores e menor nível de investimento nas atividades agrícolas. O Plano Collor agravou esse quadro ao congelar os ativos financeiros e reduzir a demanda por ativos reais, inclusive os estoques agrícolas, provocando uma queda generalizada de preços no período inicial de sua implementação. Paralelamente, o setor financeiro, com o fim do mecanismo de "zeragem automática", ficou menos capaz de oferecer os títulos públicos, i.e., "moeda indexada" o que, juntamente com a adoção de uma política monetária restritiva, a desindexação salarial e o desaquecimento da demanda agregada, interrompeu o processo especulativo de alta dos preços agrícolas (REZENDE, 1992)

Isso explica, ainda, a redução da safra de grãos 90/91, e a conseqüente elevação dos preços em 1991. O restabelecimento de condições climáticas favoráveis ao plantio da safra 1991/92 e a reativação parcial de políticas setoriais a partir do final de 1991, levaram ao aumento da produção agrícola em 1992, o que, num quadro recessivo da economia, não propiciou a elevação dos preços naquele ano. Na safra 92/93, os preços agrícolas voltam a se recuperar, influenciados em parte, pela melhor distribuição dos estoques de produtos acumulados pelo governo desde 1991/92 e, em parte, pela tendência altista das cotações internacionais. Esses mesmos fatores foram

determinantes para a manutenção do comportamento ascendente dos preços agrícolas até meados de 1994, favorecidos também por uma demanda aquecida, em decorrência da expectativa de implementação do Plano Real (fases 1 e 2). A adoção de uma taxa de juros elevada, em termos reais, além de não ter conseguido conter a demanda agregada, sendo necessário recorrer a importações³ para suprir o mercado interno, também favoreceu a procura por ativos de maior liquidez e rentabilidade que os estoques agrícolas (e terra), o que acabou por refletir-se no comportamento dos preços ao final de 1994. Além disso, com o câmbio defasado e estável, produtos como o arroz e o milho, que normalmente passariam a pressionar os índices de custo de vida no período da entressafra de 94/95, tiveram seus preços contidos pelos limites dados pelos preços externos, e pela perspectiva de aumento das importações. Esse fato, aliado a uma safra de grandes proporções como a de 94/95, contribuiu para o desaquecimento dos preços em 1995.

Já os decréscimos observados nos preços das culturas tradicionalmente de exportação deveu-se em parte ao declínio dos preços médios internacionais que, de modo geral, sofreram quedas de 1990 a 1992, só então voltando a recuperar-se e, em parte, à política cambial vigente no País, que tornava as exportações menos atraentes⁴. SILVA

³Em 1990, tem início um período de maior abertura da economia brasileira, com redução das tarifas de importação e eliminação das restrições não tarifárias incidentes nas importações. Apesar disso, em 1993/94, a tarifa de importação para o arroz aumentou de 10% para 15%, a do algodão de zero para 10% e para o trigo de 5% para 10%, como forma de estimular o plantio da safra citada e com validade até à adoção da Tarifa Externa Comum (TEC).

⁴A apreciação cambial encarece as exportações e barateia as importações, podendo ocasionar déficit comercial. No caso brasileiro, isso teve início em novembro/94.

e CARVALHO (1995), tomando o mês de junho/94 (Plano Real) como referência, demonstraram que a valorização cambial no período 1990-94⁵ teve impactos diferenciados para as culturas de café, algodão, trigo e para alguns produtos processados (açúcar, farelo de soja e suco de laranja). Segundo esses autores, na média do período 90-94, as variações reais do câmbio contribuíram com alguma redução na variabilidade dos preços das seguintes *commodities*: suco de laranja, açúcar, algodão e café, tendo efeito inverso para os casos do farelo de soja e trigo. Isso significa que os produtores de *commodities* e/ou exportadores de produtos agroindustriais não conseguiram se apropriar, de maneira generalizada, dos benefícios da elevação das cotações internacionais.

Convém ressaltar que a implantação do Plano Real, em 1994, foi beneficiada pelo desempenho dos preços agrícolas. Nesse ano a taxa de câmbio valorizada barateou os produtos importados, mesmo que seus preços em dólar tivessem subido. Há ainda a considerar que o aperto no crédito, as altas taxas de juros internas e as facilidades para importar (baixas alíquotas e inexistência de barreiras quantitativas) tornaram atraentes as importações, tanto mais que as

tanto mais que as condições de financiamento externas foram mais favoráveis que as internas, em termos de custo e de prazo. Isto se torna evidente quando se considera que o volume importado no período 1990-1995, dos principais produtos necessários ao abastecimento interno, tais como algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo, alcançaram níveis recordes em 1994, com exceção do algodão, cuja importação recorde tinha ocorrido já no ano comercial de 1993 (Tabela 6). Aliás, neste ano as importações também foram significativas para a maioria dos produtos, o que explica em grande parte a crise vivida pelo setor agrícola nos últimos dois anos do período em análise, conforme comentado acima. Essa só não foi mais grave devido a boa performance de exportação de alguns importantes produtos como: suco de laranja, farelo e óleo bruto e refinado de soja e açúcar, ainda que para o complexo-soja tal situação tenha se revertido em 1995. Já as exportações de café e cacau tiveram desempenho negativo neste setor, devido a situações específicas de seu mercado e/ou de produção.

Os produtores, contudo, foram beneficiados por redução nos custos de produção, e desta forma, conseguiram aumentar seu nível de investimento a partir de 1993, o que se refletiu nas produções seguintes, minimizando os efeitos da posterior contenção dos preços.

Essa retrospectiva evidencia que os preços agrícolas estiveram sujeitos à uma grande instabilidade no período em análise, fundamentalmente em decorrência da ação governamental, seja pelo efeito provocado pela adoção de políticas macroeconômicas, seja pela interferência na própria comercialização dos produtos agrícolas.

⁵ZINI JÚNIOR (1995) mostra que o final do governo Sarney foi um período de apreciação da moeda doméstica. Houve uma correção entre 1990-1992 e nova apreciação a partir de 1993, com o maior afluxo de capitais externos. No início do Plano Real, a taxa de câmbio foi fixada em 1URV/US\$1,00, que com a transformação posterior da moeda em Real, passou a ter paridade de R\$1,00/US\$1,00, de acordo com SILVA e CARVALHO (1995). A manutenção das elevadas taxas de juros domésticas e a facilidade de ingresso de capitais de curto prazo provocaram excesso de oferta de moeda estrangeira, e a queda de seu valor. Em novembro/94, registrou-se a taxa de câmbio média mais baixa: R\$0,84/US\$1,00; uma primeira modificação na política cambial foi feita em março/95, com a notificação do sistema de bandas cambiais entre R\$0,88/US\$1,00 e R\$0,93/US\$1,00 (SILVA e CARVALHO, 1995:33).

3.3 - Relação de Trocas na Agricultura

A evolução do Índice de Trocas na agricultura, construídos a partir dos dois indicadores setoriais IPP (Índice de Preços Pagos) e IPR (Índice de Preços Recebidos), vem indicando uma melhoria no poder de compra dos agricultores em relação aos insumos demandados pelo setor ao longo do período janeiro de 1990 a julho de 1995. Tomando como base o mês de agosto/94 (base=100), em março/90, por ocasião da implantação do Plano Collor I, a relação de troca (IPR/IPP) era de 66,21, enquanto que, em janeiro/96, passou para 82,01. Entretanto, quando da implantação do Plano Real (junho/94), esta relação encontrava-se em nível mais satisfatório, ou seja, de

95,26. Isso demonstra que, em relação a janeiro de 1996, houve uma deterioração do poder de compra do setor de cerca de 13,25 pontos ou de 13,97% (desde a vigência do último plano de estabilização econômica). Desagregando o Índice Geral de Trocas em dois subgrupos, das lavouras em geral e das lavouras amparadas pela política de garantia de preços mínimos (PGPM) para esse período, houve crescimento de 13,67% e 18,01%, respectivamente (Figuras 1, 1a e 1b e Tabela 7).

Outro modo de ver esta questão é através da análise dos Indicadores Setoriais que permite observar que, no período 1990-95, enquanto o IPR médio de cada ano evoluiu acima do índice de inflação anual, à exceção do ano de 1995, o IPP, também calculado para aquele mês, apresentou

TABELA 6 - Oferta e Demanda Nacional dos Principais Produtos Amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, 1989/90-1995/96

Produto	A- no/safra	Data base	Estoque inicial	Produção	Importação	Supri- mento	Consumo	Excedente	Exporta- ção	Esto- que final
Algodão pluma	1989/90	Mar./90	125,2	665,7	86,1	877,0	730,0	147,0	110,6	36,4
	1990/91	Mar./91	36,4	717,0	105,9	859,3	718,1	141,2	124,3	16,9
	1991/92	Mar./92	16,9	667,1	167,8	851,8	741,6	110,2	33,8	76,4
	1992/93	Mar./93	76,4	420,2	501,2	997,8	829,5	168,3	7,4	160,9
	1993/94	Mar./94	160,9	483,1	367,3	1.011,3	836,6	174,7	4,3	170,4
	1994/95	Mar./95	170,4	541,8	282,3	994,5	803,7	190,8	52,5	138,3
Arroz casca	1989/90	Mar./90	4.472,9	7.967,6	717,6	13.158,1	11.000,0	2.158,1	10,8	2.147,3
	1990/91	Mar./91	2.147,3	9.996,8	1.296,6	13.440,7	11.220,0	2.220,7	2,1	2.218,6
	1991/92	Mar./92	2.218,6	10.102,8	732,3	13.053,7	11.332,2	1.721,5	5,1	1.716,4
	1992/93	Mar./93	1.716,4	9.902,8	880,9	12.500,1	11.445,5	1.054,6	5,7	1.048,9
	1993/94	Mar./94	1.048,9	10.522,8	1.565,5	13.137,2	11.560,0	1.577,2	3,9	1.573,3
1994/95	Mar./95	1.573,3	11.237,3	978,6	13.789,2	11.617,8	2.171,4	34,7	2.136,7	
Feijão	1989/90	Nov./89	76,7	2.339,9	70,3	2.486,9	2.370,8	116,1	0,0	116,1
	1990/91	Nov./90	116,1	2.806,2	88,6	3.010,9	2.638,1	372,8	0,0	372,8

	1991/92	Nov./91	372,8	2.902,4	57,7	3.332,9	1.795,6	1.537,3	0,0	1.537,3
	1992/93	Nov./92	537,3	2.379,1	54,9	2.971,3	2.771,8	199,5	0,0	199,5
	1993/94	Nov./93	199,5	3.244,1	156,4	3.600,0	3.200,0	400,0	0,0	400,0
	1994/95	Nov./94	400,0	3.157,8	189,5	3.747,3	3.350,0	397,3	0,0	397,3
	1995/96	Nov./95	397,3	3.044,2	150,0	3.591,5	3.350,0	241,5	0,0	241,5
Milho	1989/90	Mar./90	3.080,0	22.257,5	700,0	26.037,5	24.800,0	1.237,5	0,0	1.237,5
	1990/91	Mar./91	1.237,5	24.096,1	832,2	26.165,8	25.288,0	877,8	0,0	877,8
	1991/92	Mar./92	877,8	30.771,2	340,0	31.989,0	28.500,0	3.489,0	0,0	3.489,0
	1992/93	Mar./93	3.489,0	29.207,4	1.497,9	34.194,3	30.775,0	3.419,3	0,0	3.419,3
	1993/94	Mar./94	3.419,3	33.173,5	1.568,6	38.161,4	32.732,0	5.429,4	0,0	5.429,4
	1994/95	Mar./95	5.429,4	37.441,9	984,1	43.855,4	36.447,0	7.408,4	0,0	7.408,4
Soja	1989/90	Fev./90	1.493,2	20.101,3	16,3	21.610,8	16.667,1	4.943,7	4.140,6	803,1
	1990/91	Fev./91	803,1	15.394,9	281,8	16.479,8	14.019,8	2.460,0	1.926,9	533,1
	1991/92	Fev./92	533,1	19.418,6	594,4	20.546,1	16.117,5	4.428,6	3.736,9	691,7
	1992/93	Fev./93	691,7	23.042,0	10,0	23.743,7	18.296,8	5.446,9	4.159,0	1.287,9
	1993/94	Fev./94	1.287,9	25.059,1	881,5	27.228,5	20.466,1	6.762,4	5.361,7	1.400,7
	1994/95	Fev./95	1.400,7	25.934,1	801,6	28.136,4	23.537,0	4.599,4	3.519,6	1.079,8
Trigo	1990/91	Ago./90	975,0	3.304,0	2.849,0	7.128,0	6.777,0	0,0	0,0	351,0
	1991/92	Ago./91	351,0	3.078,0	5.208,0	8.637,0	7.432,0	0,0	0,0	1.205,0
	1992/93	Ago./92	1.205,0	2.739,0	5.913,0	9.857,0	7.808,0	0,0	0,0	2.049,0
	1993/94	Ago./93	2.049,0	2.098,0	5.512,0	9.659,0	7.886,0	0,0	0,0	1.773,0
	1994/95	Ago./94	1.773,0	2.138,0	6.487,0	10.398,0	8.238,0	0,0	0,0	2.160,0
	1995/96	Ago./95	2.160,0	1.524,0	5.221,0	8.905,0	8.154,0	0,0	0,0	751,0

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1996).

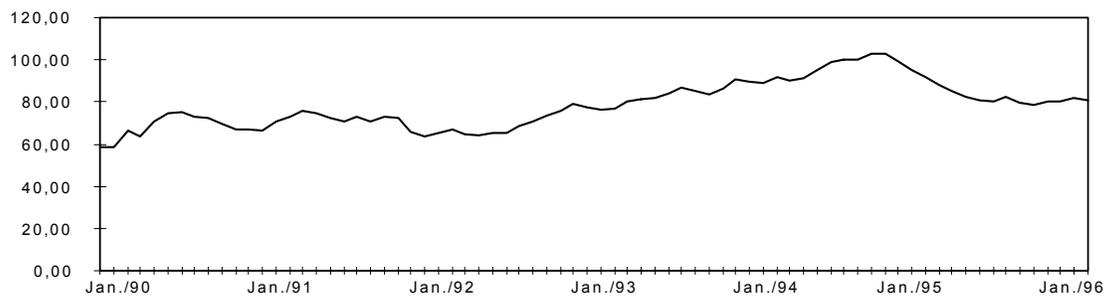


Figura A - Relações de Troca na Agricultura, 1990 - 1996.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995).

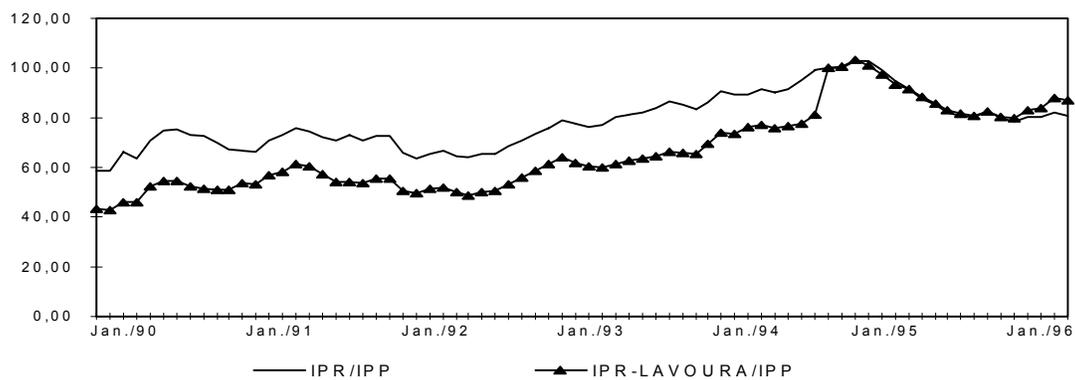


Figura 1a - Relações de Troca das Principais Lavouras, 1990-1996.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995).

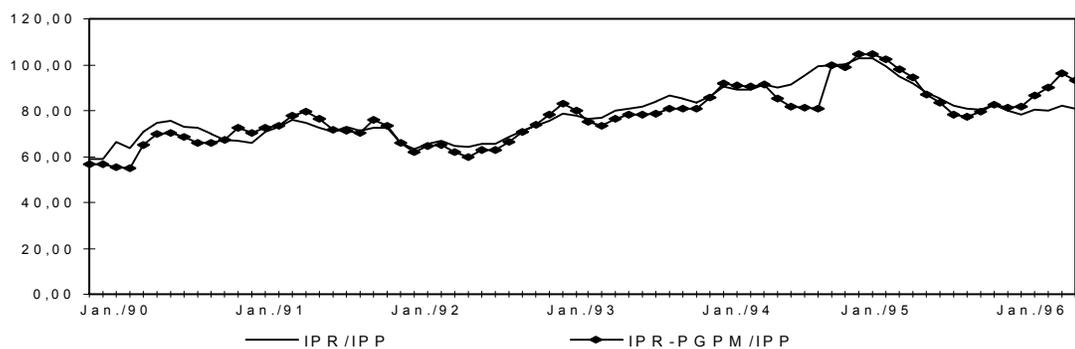


Figura 1b - Relações de Troca das Lavouras Amparadas pela PGPM, 1990-1996.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995).

TABELA 7 - Índices de Preços Recebidos (IPR) e Pagos pelos Produtores (IPP),
Brasil, 1990-96

(Base agosto de 1994=100)

(continua)

Ano e mês	IPR	IPP	IPR/lavoura	IPR-PGPM	Relação de trocas		
					IPR/IPP	IPR-lav./IPP	IPR-PGPM/IPP
1990							
Jan.	0,0004	0,0007	0,0003	0,0004	58,7438	43,3901	56,8153
Fev.	0,0007	0,0012	0,0005	0,0007	58,8466	42,6628	56,8581
Mar.	0,0014	0,0021	0,0010	0,0012	66,2061	45,9610	55,3998
Abr.	0,0016	0,0025	0,0012	0,0014	63,8079	46,0826	55,0729
Mai	0,0019	0,0027	0,0014	0,0018	70,7673	52,3786	65,0594
Jun.	0,0022	0,0030	0,0016	0,0021	74,7915	54,5218	69,7278
Jul.	0,0025	0,0034	0,0018	0,0024	75,4796	54,4103	70,5359
Ago.	0,0028	0,0039	0,0021	0,0027	72,8632	52,5398	68,6066
Set.	0,0032	0,0045	0,0023	0,0030	72,4127	51,3389	65,8616
Out.	0,0036	0,0052	0,0026	0,0034	69,8128	50,9167	65,9138
Nov.	0,0041	0,0061	0,0031	0,0041	67,1348	51,0715	67,2423
Dez.	0,0047	0,0070	0,0038	0,0051	66,9862	53,6488	72,5360
1991							
Jan.	0,0056	0,0085	0,0045	0,0060	66,1364	53,0879	70,4027
Fev.	0,0072	0,0102	0,0058	0,0073	70,9260	56,9587	72,3914
Mar.	0,0080	0,0110	0,0064	0,0080	73,0578	58,3493	73,4185
Abr.	0,0088	0,0116	0,0071	0,0090	76,0140	61,3666	77,9464
Mai	0,0095	0,0127	0,0077	0,0101	74,6277	60,5139	79,6415
Jun.	0,0101	0,0140	0,0080	0,0106	72,3875	57,3170	76,3193
Jul.	0,0109	0,0154	0,0083	0,0110	70,8530	54,1215	71,7772
Ago.	0,0125	0,0172	0,0093	0,0122	72,8861	54,3187	71,3662
Set.	0,0145	0,0204	0,0110	0,0144	71,0200	53,6845	70,3135
Out.	0,0183	0,0252	0,0014	0,0191	72,7298	5,5710	75,8415
Nov.	0,0226	0,0311	0,0172	0,0228	72,6652	55,4593	73,2443
Dez.	0,0262	0,0398	0,0200	0,0262	65,8502	50,3081	65,8297
1992							
Jan.	0,0325	0,0513	0,0254	0,0318	63,4102	49,5575	62,0445
Fev.	0,0414	0,0632	0,0325	0,0410	65,4620	51,3893	64,8295
Mar.	0,0510	0,0764	0,0397	0,0497	66,7502	51,9605	65,0487
Abr.	0,0599	0,0927	0,0465	0,0575	64,6146	50,1599	62,0257
Mai	0,0729	0,1135	0,0554	0,0680	64,2077	48,7943	59,8920
Jun.	0,0888	0,1356	0,0678	0,0853	65,4915	50,0036	62,9102
Jul.	0,1071	0,1640	0,0828	0,1029	65,2864	50,4735	62,7261
Ago.	0,1410	0,2052	0,1096	0,1362	68,7110	53,4094	66,3719
Set.	0,1880	0,2647	0,1475	0,1873	71,0202	55,7206	70,7557
Out.	0,2393	0,3257	0,1906	0,2410	73,4711	58,5190	73,9931
Nov.	0,2937	0,3881	0,2384	0,3043	75,6684	61,4210	78,3994
Dez.	0,3725	0,4721	0,3022	0,3920	78,8970	64,0072	83,0272

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA 7 - Índices de Preços Recebidos (IPR) e Pagos pelos Produtores (IPP),
Brasil, 1990-96

(Base agosto de 1994=100)

(conclusão)

Ano e mês					Relação de trocas		
	IPR	IPP	IPR/lavoura	IPR-PGPM	IPR/IPP	IPR-lav./IPP	IPR-PGPM/IPP
1993							
Jan.	0,4796	0,6175	0,3828	0,4939	77,6728	61,9957	79,9887
Fev.	0,6008	0,7861	0,4767	0,5919	76,4252	60,6390	75,2931
Mar.	0,7421	0,9635	0,5769	0,7083	77,0230	59,8768	73,5149
Abr.	0,9509	1,1874	0,7299	0,9081	80,0812	61,4694	76,4767
Mai	1,2545	1,5478	0,9696	1,2085	81,0504	62,6437	78,0785
Jun.	1,6438	2,0073	1,2767	1,5690	81,8912	63,6029	78,1648
Jul.	2,2299	2,6599	1,7170	2,0975	83,8337	64,5511	78,8560
Ago.	3,0998	3,5712	2,3709	2,8862	86,8007	66,3900	80,8195
Set.	4,1967	4,9132	3,2337	3,9748	85,4172	65,8169	80,9008
Out.	5,4842	6,5821	4,3059	5,3323	83,3195	65,4180	81,0117
Nov.	7,7567	9,0061	6,2435	7,7007	86,1268	69,3249	85,5050
Dez.	10,9621	12,1030	8,9353	11,1085	90,5735	73,8272	91,7831
1994							
Jan.	15,3310	17,1463	12,6412	15,6325	89,4128	73,7255	91,1712
Fev.	21,9887	24,6259	18,7354	22,3045	89,2911	76,0802	90,5735
Mar.	30,9602	33,8263	26,1030	30,8759	91,5269	77,1677	91,2777
Abr.	42,8063	47,4255	35,8451	40,5262	90,2600	75,5819	85,4523
Mai	60,1276	65,8124	50,3536	53,8742	91,3621	76,5108	81,8602
Jun.	89,8229	94,2888	72,9803	76,8180	95,2636	77,4008	81,4710
Jul.	96,9838	97,8407	79,2378	78,9607	99,1242	80,9866	80,7034
Ago.	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000
Set.	102,3616	102,3120	103,0889	101,3887	100,0485	100,7593	99,0976
Out.	108,8438	105,7040	109,0731	110,5089	102,9704	103,1873	104,5456
Nov.	112,3395	109,2030	110,4294	114,4239	102,8722	101,1231	104,7809
Dez.	111,3867	112,0250	109,1754	114,8355	99,4302	97,4563	102,5088
1995							
Jan.	109,5575	115,4120	107,8533	113,1833	94,9273	93,4507	98,0689
Fev.	107,1899	116,8000	106,8960	110,4070	91,7722	91,5205	94,5265
Mar.	105,3834	120,1500	106,0820	104,6520	87,7099	88,2913	87,1011
Abr.	103,8663	121,8540	104,5190	101,6110	85,2383	85,7740	83,3875
Mai	102,5576	124,6950	103,2890	97,6820	82,2468	82,8333	78,3367
Jun.	102,0889	126,2970	103,2870	97,9380	80,8324	81,7810	77,5458
Jul.	102,3711	127,3540	102,8330	101,0490	80,3831	80,7458	79,3450
Ago.	105,2477	127,6670	105,6540	105,7500	82,4392	82,7575	82,8327
Set.	103,0164	129,0690	103,3950	104,6940	79,8150	80,1083	81,1148
Out.	103,5026	131,9880	105,3900	108,1540	78,4182	79,8482	81,9423
Nov.	107,6046	133,8400	111,0260	116,1620	80,3979	82,9543	86,7917
Dez.	108,2514	134,9940	113,3730	121,4390	80,1898	83,9837	89,9588
1996							

Jan.	112,1283	136,7240	120,3773	131,5440	82,0107	88,0440	96,2113
------	----------	----------	----------	----------	---------	---------	---------

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

um comportamento oposto, salvo no ano de 1995 (Tabela 8). Isso significa, portanto, que o setor agrícola pode ter sido beneficiado por uma queda dos custos de produção nesse período, além de um ganho real de preços.

TABELA 8 - Variação Média Anual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos pelos Agricultores e do Índice Geral de Preços, Brasil, 1991/90-1995/94

Ano	IPR	IPP	IGP-DI
1991/90	425,80	412,76	414,71
1992/91	994,75	985,04	991,39
1993/92	2.234,05	1.852,88	2.103,68
1994/93	2.166,31	1.881,08	2.123,62
1995/94	41,18	65,91	59,66

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1996).

Com relação aos principais itens que compõem o IPP, levando-se em consideração que a partir de 1992 ocorreu uma inversão da tendência de queda da relação de trocas e, analisando-se a variação média anual dos seus índices relativos desse período em diante, pode-se verificar que o item mão-de-obra foi o único que apresentou evolução superior à da inflação média nos anos de 1994 e 1995 (Tabela 9).

Tal fato pode explicar a reativação do mercado de insumos agrícolas a partir de 1992, ainda que esta não tenha sido expressiva (Tabela 10). Um fator importante na recuperação das compras de equipamentos agrícolas por parte dos agricultores foi a abertura de linhas de crédito da Agência Especial de Financiamento (FINAME) Rural. De 1992 a 1993, tais recursos registraram expansão de 64%, ante uma redução de 18% no total dos desembolsos com crédito rural (MONTEIRO, 1994).

3.4 - Instrumento de Intervenção Governamental na Agricultura: Crédito Rural

Nos anos recentes, o debate sobre o crédito rural passou a centrar-se sobretudo na questão do endividamento, deixando de lado a análise de seu desempenho, em função das limitações orçamentárias impostas pela crise fiscal do Estado. Segundo MONTEIRO (1995), em termos quantitativos os recursos utilizados para financiar a atividade rural aumentaram 309% entre 1970 e 1980 e caíram 73% entre 1980 e 1990, enquanto nos anos 90 mantiveram-se no patamar próximo ao registrado em 1970. Na média do período 1993 a 1995, esse valor atingiu 9,5 bilhões de dólares (Tabela 11). Quanto à distribuição do crédito concedido à agricultura nos anos de 1993 a 1995, em média, 51,3% destinaram-se ao custeio, 8,3% ao investimento e 40,4% à comercialização. Em relação às fontes de recursos, no período 1993 a 1995, em média, 30% eram provenientes da exigibilidade e Tesouro e 70% dos recursos livres e das novas formas de captação (poupança rural, depósitos especiais remunerados e fundos de *commodities* (Tabela 12).

Convém ressaltar que, no início da década de 80, a elevação substancial da taxa inflacionária provocou esgotamento das fontes tradicionais de financiamento. Em 1981, o Banco do Brasil emprestava ao setor rural o equivalente a 50% do PIB agrícola, percentual que no início dos anos 90 não passava de 10% (VIEIRA, 1995). Conseqüentemente, o crédito rural era financiado por fontes inflacionárias (emissão de papel moeda e emissão de títulos), gerando três formas de pressão sobre os preços: a) expansão da base monetária; b) elevação das taxas de juros e c) impacto desproporcional

na oferta agrícola.

Face a isso, o governo, no início da década de 80, decidiu cortar paulatinamente os subsídios (em 1985 foram eliminados) através do uso de indexadores sobre os financiamentos, e reduzir o volume total de crédito, para estimular o auto financiamento. A eliminação do subsídio creditício e a cobrança de taxa de juros real elevada (para os padrões internacionais), foram compensadas pelo comportamento favorável dos preços agrícolas, aumento

da produtividade, anistias e pela atuação de outros instrumentos de apoio, como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e a PGPM. Isso manteve a agricultura em equilíbrio financeiro (precário) até o início dos anos 90 (DIAS, 1995).

Na década de 90, o setor agrícola sentiu mais fortemente os efeitos da cobrança de juros reais excessivamente elevados e da utilização

TABELA 9 - Variação Média Anual dos Índices dos Principais Insumos Componentes do IPP, Brasil, 1993/92-1995/94

Ano	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão de Obra	IGP-DI
1993/92	1.920,46	1.705,06	1.512,06	1.760,97	2.036,80	1.955,05	2.103,68
1994/93	1.987,79	1.865,30	1.793,97	1.697,54	1.741,31	2.129,96	2.123,62
1995/94	43,70	50,29	41,86	58,41	37,93	139,99	59,66

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1996).

TABELA 10 - Vendas de Insumos e Fatores de Produção, Brasil, 1990-95

Ano	Fertilizantes (1.000t)	Sementes melhoradas (1.000t)	Máquinas agrícolas (1.000u)
1986		1.879	62
1987	9.653	2.056	51
1988	9.646	2.082	39
1989	9.765	2.295	35
1990	8.759	1.778	27
1991	8.222	1.678	18
1992	8.343	1.494	16
1993	9.147	1.540	

Agricultura em São Paulo, SP, 44(1):27-50, 1997.

	10.538		27
1994		1.413	
	11.971		46
1995		1.181	
	10.782		23

Fonte: TSUNECHIRO (1995).

TABELA 11 - Aplicação por Finalidade de Crédito Rural¹, Brasil, 1990-95
(US\$/mil)

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Outros	Total
1990	6.816,58	919,00	2.649,47	56,21	10.441,27
1991	4.560,01	286,31	1.168,57	21,06	6.035,94
1992	4.429,74	269,59	2.118,25	8,68	6.826,26
1993	4.773,90	446,33	3.385,21	0,00	8.605,45
1994	5.432,71	1.076,65	5.023,76	2,44	11.535,56
1995	5.242,50	868,51	3.184,07	45,58	9.340,67

¹A partir de dezembro de 1993, o BACEN incluiu o Fundo de *Commodities* retroativo ao início do ano.

Fonte: Banco Central do Brasil in INDICADORES DA AGROPECUÁRIA, 1996.

TABELA 12 - Crédito Rural, Aplicação por Fonte de Recursos Regulados pelo Banco do Brasil, 1990-95

Ano	Recursos		Poupança rural	Fundo de <i>commodities</i> ¹	Depósitos		Outras fontes	Total
	Obrigatórios	Livres			Especiais remunerados	Vinculados		
1990	6.485,0	2.668,6	1.232,1	0,0	0,0	0,0	55,6	10.441,3
1991	1.827,5	1.315,7	2.107,6	0,0	477,8	770,0	306,6	6.035,9
1992	831,5	595,9	3.781,5	0,0	1.429,4	351,0	2,0	6.826,3
1993	831,5	1.009,9	2.844,8	2.056,7	1.862,5	46,0	52,0	8.703,3
1994	710,4	2.601,9	2.506,4	4.454,1	1.261,2	902,0	678,0	11.535,6
1995	1.288,2	2.044,6	2.188,2	2.406,8	438,5	594,0	946,6	9.340,7

¹A partir de dez./93 o BACEN incluiu o Fundo de *Commodities* retroativo ao início do ano.

Fonte: Banco Central do Brasil in INDICADORES DA AGROPECUÁRIA, 1996.

plena dos indexadores, não só devido à redução crescente do papel dos demais instrumentos, mas, também, pelo aumento do custo financeiro da produção,

pela redução do volume de crédito, e pela influência das importações (Tabela 13). O auge da crise ocorreu na safra 94/95, quando os preços mínimos foram desvinculados do custo dos financiamentos, isto é, deixaram de ser corrigidos pelo mesmo índice de correção dos financiamentos, e os níveis fixados não foram garantidos no período da comercialização, prática esta muito comum ao longo dos anos 90.

Assim, os números escondem problemas importantes. Dos recursos alocados ao crédito rural nos três últimos anos não se sabe quanto, de fato, é financiamento à produção e quanto representa apenas rolagem de dívidas que foram se acumulando ao longo dos sucessivos planos de estabilização.

Esse contexto de redução do crédito oficial, determinado pela restrição orçamentária e o surgimento de fontes alternativas de captação de recursos a taxas livremente pactuadas, tornou mais difícil a compatibilização do custo dos empréstimos com a receita proporcionada pelos preços mínimos que deixaram de contar com a correção monetária, prejudicando mais significativamente os agricultores menos capitalizados. Tal fato resultou, porém, na utilização mais racional dos recursos do crédito rural, de fato constatada em princípio, pelo aumento ocorrido na produtividade

TABELA 13 -Taxa Real de Juros do Crédito Rural, Segundo a Finalidade, Brasil,1974 -1994¹

Ano ²	Custeio	Investimento	Comercializa-
1974	-14,50	-14,50	-14,50
1975	-11,13	-11,13	-11,13
1976	-21,34	-21,34	-21,34
1977	-17,15	-14,99	-14,99
1978	-18,32	-16,19	-16,19
1979	-35,10	-31,72	-31,72
1980	-36,76	-34,38	-38,66

Ano ²	Custeio	Investimento	Comercializa-
1974	-14,50	-14,50	-14,50
1981	-25,72	-25,72	-25,72
1982	-27,39	-13,92	-27,39
1983	-30,13	-9,45	-30,13
1984	0,93	0,93	0,93
1985	-1,34	-1,34	-1,34
1986	-35,45	-35,45	-35,45
1987	2,10	2,10	2,10
1988	-10,85	-10,85	-10,85
1989	-46,00	-46,00	-46,00
1990	-12,72	-12,72	-12,72
1991	10,69	10,69	10,69
1992	11,35	11,35	11,35
1993	2,69	2,69	2,69
1994	-3,19	-3,19	-3,19

¹Considerando-se empréstimos para médios produtores da Região Centro-Sul.

² Variação entre dezembro e dezembro de cada ano.

Fonte: FRANCA (1996).

das culturas ainda no final da década de 80 (Tabela 3).

3.5 - A Política de Garantia de Preços Mínimos

Os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) são os mesmos utilizados nas décadas anteriores, ou seja, as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). Recentemente foi instituído o Prêmio de Liquidação (PL), cujo objetivo é viabilizar a absorção pelo mercado de produtos financiados em regiões distantes dos centros consumidores.

Com as restrições na oferta de crédito rural administrado, a PGPM passou a ter papel fundamental nas articulações oficiais de apoio à agricultura, desde a década de 80. A opção da política, aparentemente, foi fixar preços mínimos mais elevados (e tornar

o programa mais atuante) e reduzir a importância do crédito de custeio subsidiado como mecanismo de apoio, devido à sua característica concentradora de renda e a evidente perda de eficiência observada na década anterior.

Para verificar a validade dessa proposta para o quinquênio 1990-1995, calculou-se a relação entre o Preço Mínimo e o Preço Recebido pelos produtores dos principais produtos amparados pela PGPM em alguns Estados selecionados (Tabela 14). Essa relação, quando inferior a 1,00, indica baixa cobertura dos preços de mercado pelos preços mínimos, verificando-se a não efetividade da política de garantia de compra como fator de estímulo à produção.

Os resultados indicam, entretanto, que para a maioria dos produtos somente em raras ocasiões essa relação foi favorável para os produtores, atingindo índice igual ou superior a 1,00. De fato isso ocorreu de forma mais uniforme no ano de 1992, o que certamente deve ter contribuído para estimular a produção de grãos que vinha sofrendo drástica redução desde 1989/1990, seja por razões climáticas, seja por mudanças nas políticas macroeconômicas e setoriais. Entretanto, convém ressaltar que muito embora as relações de preços naquele ano, especificamente, tenham sido favoráveis, isso deveu-se muito mais ao fato de os preços de mercado estarem deprimidos, do que a uma política deliberada do Governo de garantir preços mínimos compensatórios. Dentre os produtos analisados, o arroz foi o que apresentou melhor relação de preços em 1992, tanto para o produto de sequeiro quanto para o irrigado. A análise desse indicador deixa claro ainda que os produtores de milho e soja das regiões de fronteira foram, de modo geral, mais incentivados que os da região de

cultivo tradicional.

Também em 1994, verificou-se uma melhoria do grau de cobertura do preço mínimo em relação aos preços de mercado, quando comparados ao de 1993, para arroz, milho e mandioca, muito embora os índices tenham ficado sempre abaixo do necessário para atingir cobertura integral.

Apesar desse aparente apoio governamental nos anos de 1992-94, o que fica evidenciado por esses indicadores é, sobretudo, a desuniformidade da condução da política de preços mínimos, deixando ao mercado a função regulatória da produção via incentivos de preços.

Outro problema da PGPM na década de 90, e que pode ser considerado talvez como o principal, é o descompasso entre os direitos previstos na legislação e os recursos disponíveis para sua execução. Os direitos referem-se ao fato de que são assegurados preços mínimos para todos os agricultores cuja produção esteja amparada pela Política de Garantia de Preços Mínimos. Como os recursos alocados para garantir esse direito têm-se situado muito aquém das necessidades para cumprir esse objetivo, seria necessário que os planos-safras delimitassem claramente a garantia a ser dada, adequando-a àquelas disponibilidades, o que tem sido sistematicamente ignorado nos últimos anos. É por essa razão que, na safra 94/95, a cobertura desse instrumento foi restringida para um valor máximo da produção (teto por produtor).

Através do EGF, o governo financia a estocagem no curto prazo, para permitir melhoria no poder de barganha do produtor na época da colheita, e ao mesmo tempo reduzir as flutuações estacionais nos preços. Sob a AGF o governo compra os excedentes da produção com base nos preços mínimos fixados

antes do plantio. Os produtores e coo- AGF, caso as condições de mercado não
perativas podem transformar o EGF em sejam favorá-

TABELA 14 - Relação entre Preço Mínimo e Preço Recebido de Produtos¹ Amparados
pela Política de Garantia de Preços Mínimos, em Estados Seleccionados, 1990-96
(continua)

Ano e mês	Algo- dão ² (@)	Algodão ³ (@)	Amendoim ² (sc.25kg)	Arroz ⁴ (sc.60k g)	Arroz ⁵ (sc.50k g)	Feijão ² (sc.60k g)	Mandioca ² (t)	Milho ² (sc.60k g)	Milho ⁴ (sc.60k g)	Soja ² (sc.60k g)	Soja ⁵ (sc.60k g)
1990											
Jan.	0,42	0,63	0,50	0,40	0,33	0,66	0,85	0,38	0,51	0,33	0,45
Fev.	0,64	0,51	0,62	0,60	0,56	0,69	1,03	0,57	0,85	0,54	0,69
Mar.	0,57	0,24	0,68	0,92	0,92	0,74	1,09	0,62	0,86	0,64	0,83
Abr.	0,88	0,19	0,78	1,22	1,25	0,88	1,42	0,82	1,17	0,75	0,95
Maio	0,66	0,13	0,60	0,73	0,79	0,68	1,15	0,59	0,87	0,64	0,73
Jun.	0,63	0,08	0,37	0,73	0,74	0,60	1,14	0,59	0,84	0,66	0,78
Jul.	0,63	0,65	0,35	0,77	0,81	0,59	1,19	0,53	0,80	0,64	0,78
Ago.	0,50	0,62	0,28	0,73	0,74	0,69	1,27	0,42	0,62	0,57	0,75
Set.	0,48	0,60	0,20	0,56	0,52	0,67	1,20	0,40	0,56	0,53	0,66
Out.	0,46	0,67	0,18	0,44	0,32	0,53	1,27	0,36	0,51	0,41	0,61
Nov.	0,43	0,63	0,19	0,36	0,24	0,91	1,07	0,27	0,39	0,34	0,46
Dez.	0,42	0,63	0,43	0,33	0,23	1,14	1,09	0,24	0,37	0,26	0,30
1991											
Jan.	0,28	0,60	0,49	0,22	0,14	0,89	1,38	0,22	0,31	0,22	0,27
Fev.	0,90	0,55	0,56	0,80	0,48	0,90	1,40	0,80	1,08	0,70	0,78
Mar.	0,71	0,46	0,51	0,80	0,52	0,75	1,10	0,84	1,12	0,68	0,75
Abr.	0,68	0,35	0,35	0,79	0,55	0,42	1,05	0,68	0,90	0,62	0,71
Maio	0,66	0,28	...	0,74	0,50	0,43	...	0,59	0,79	0,58	0,68
Jun.	0,66	0,26	0,30	0,74	0,50	0,44	0,81	0,60	0,83	0,53	0,64
Jul.	0,84	0,85	0,38	1,00	0,72	0,73	1,20	0,73	1,01	0,69	0,49
Ago.	0,79	0,65	0,35	0,70	0,57	0,84	0,75	0,57	0,81	0,55	0,76

Set.	0,72	0,59	0,30	0,54	0,46	0,70	0,72	0,53	0,71	0,44	0,57
Out.	0,58	0,84	0,41	0,44	0,34	0,77	1,00	0,37	0,47	0,31	0,37
Nov.	0,50	0,78	0,17	0,32	0,32	1,15	1,14	0,30	0,37	0,28	0,35
Dez. 1992	0,47	0,68	0,63	0,32	0,29	1,01	1,12	0,24	0,32	0,23	0,30
Jan.	0,33	0,55	0,82	0,25	0,23	1,12	0,91	0,17	0,21	0,17	0,26
Fev.	0,89	0,50	1,09	0,98	0,94	0,12	0,80	0,74	0,94	0,66	0,85
Mar.	1,01	0,38	1,44	1,12	1,12	1,00	0,70	0,85	1,14	0,69	0,87
Abr.	1,05	0,31	1,72	1,22	1,25	0,96	0,76	0,93	1,22	0,75	0,93
Mai	1,18	0,26	1,70	1,18	1,20	1,09	0,78	0,95	1,24	0,75	0,94
Jun.	1,16	0,22	1,21	1,17	1,06	1,41	0,72	0,98	1,25	0,69	0,89
Jul.	1,06	1,13	1,23	0,96	1,06	1,04	0,72	0,91	1,14	0,70	0,90
Ago.	0,75	1,04	0,93	0,68	0,72	0,88	0,56	0,79	0,99	0,53	0,74
Set.	0,59	1,01	1,04	0,52	0,57	0,80	0,51	0,68	0,91	0,37	0,74
Out.	0,47	1,02	0,59	0,40	0,45	0,77	0,50	0,70	0,89	0,30	0,50
Nov.	0,38	0,85	0,53	0,33	0,36	0,66	0,47	0,53	0,68	0,26	0,42
Dez.	0,33	0,68	1,02	0,28	0,30	0,80	0,49	0,40	0,53	0,20	0,35

¹Algodão em caroço; arroz em casca, de sequeiro e irrigado; feijão de cores.

²Preço recebido pelo produtor do Estado de São Paulo.

³Preço recebido pelo produtor do Estado do Ceará.

⁴Preço recebido pelo produtor do Estado de Goiás.

⁵Preço recebido pelo produtor do Estado do Rio Grande do Sul.

⁶Preço recebido pelo produtor do Estado do Mato Grosso.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995) e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1995).

TABELA 14 - Relação entre Preço Mínimo e Preço Recebido de Produtos¹ Amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, em Estados Seleccionados, 1990-96 (conclusão)

Ano e mês	Algodão ² (@)	Algodão ³ (@)	Amendoim ² (sc.25kg)	Arroz ⁴ (sc.60k g)	Arroz ⁵ (sc.50k g)	Feijão ² (sc.60k g)	Mandioca ² (t)	Milho ² (sc.60k g)	Milho ⁴ (sc.60k g)	Soja ² (sc.60kg)	Soja ⁵ (sc.60kg)
1993											
Jan.	0,19	0,44	0,94	0,23	0,26	0,83	0,40	0,34	0,46	0,16	0,22
Fev.	0,65	0,35	1,12	0,94	1,11	0,97	0,40	0,76	1,02	0,65	0,76
Mar.	0,64	0,28	0,71	0,93	1,12	0,69	0,48	0,79	1,04	0,76	0,87
Abr.	0,73	0,21	0,59	0,94	1,14	0,47	0,53	0,70	0,97	0,69	0,93
Mai	0,75	...	0,55	0,94	1,13	0,45	0,61	0,73	0,98	0,70	0,86
Jun.	0,80	0,14	0,55	0,91	1,08	0,54	0,62	0,71	0,93	0,64	0,84
Jul.	0,85	0,83	0,56	0,86	0,97	0,72	0,71	0,64	0,85	0,53	0,39
Ago.	0,64	0,84	0,36	0,60	0,68	0,61	0,67	0,45	0,59	0,41	0,49
Set.	0,47	0,86	0,22	0,48	0,49	0,59	0,61	0,34	0,46	0,31	0,39
Out.	0,39	0,91	0,18	0,34	0,35	0,57	0,55	0,25	0,32	0,23	0,29
Nov.	0,26	1,02	0,16	0,24	0,25	0,50	0,60	0,18	0,23	0,17	0,21
Dez.	0,18	1,02	0,68	0,16	0,17	0,47	0,55	0,13	0,17	0,12	0,15
1994											
Jan.	0,12	0,65	0,84	0,11	0,12	0,48	0,55	0,11	0,14	0,09	0,12
Fev.	0,73	0,47	0,99	0,80	0,92	0,24	0,81	0,84	1,08	0,63	0,68
Mar.	0,65	0,32	0,89	0,90	0,99	0,22	0,54	0,78	1,03	0,65	0,75
Abr.	0,70	0,25	1,08	0,96	1,03	0,27	0,86	0,78	1,03	0,67	0,83
Mai	0,73	0,16	0,90	1,00	0,95	0,64	0,85	0,84	1,12	0,66	0,80
Jun.	0,78	0,09	0,89	1,01	0,88	0,70	0,93	0,84	1,08	0,63	0,79
Jul.	0,87	0,95	0,89	1,07	1,00	0,60	0,92	0,81	1,05	0,77	0,90
Ago.	0,87	0,93	0,84	0,97	0,96	0,69	0,89	0,82	1,08	0,76	0,90
Set.	0,85	0,93	0,84	0,93	0,87	0,62	0,86	0,79	1,04	0,77	0,97
	0,83	0,90	0,63	0,88	0,86	0,51	0,84	0,73	0,97	0,77	0,90

Out.	0,81	0,90	0,59	0,84	0,85	0,55	0,81	0,70	0,95	0,74	0,90
Nov.	0,81	0,90	0,60	0,84	0,85	0,71	0,78	0,74	1,00	0,75	0,90
Dez.											
1995											
Jan.	0,90	0,89	0,61	0,78	0,91	0,72	0,87	0,81	0,96	0,75	0,90
Fev.	0,92	0,89	0,68	0,82	1,00	0,69	0,80	0,88	1,05	0,80	0,97
Mar.	0,92	0,83	0,88	0,87	1,11	0,67	0,85	1,05	1,17	0,97	1,04
Abr.	0,89	0,83	0,79	0,98	1,25	0,65	0,83	1,17	1,17	0,90	1,13
Maio	0,95	0,84	0,82	1,05	1,34	0,75	0,84	1,17	1,17	0,97	1,23
Jun.	1,02	0,84	0,82	1,05	1,11	0,94	0,97	1,05	1,17	0,97	1,23
Jul.	1,02	0,91	0,87	1,05	1,05	0,94	0,95	1,05	1,17	0,90	1,13
Ago.	1,02	0,93	0,94	1,05	1,00	0,89	0,95	0,96	1,05	0,80	0,97
Set.	1,02	0,91	0,94	0,98	1,00	0,92	0,95	0,96	1,05	0,80	0,90
Out.	0,95	0,83	0,87	0,98	1,00	0,89	0,91	0,88	1,05	0,75	0,90
Nov.	0,90	0,78	0,79	0,98	0,95	0,93	0,87	0,81	0,96	0,68	0,85
Dez.	0,89	0,74	0,77	0,87	0,91	0,69	0,88	0,81	0,96	0,65	0,80

¹Algodão em caroço; arroz em casca, de sequeiro e irrigado; feijão de cores.

²Preço recebido pelo produtor do Estado de São Paulo.

³Preço recebido pelo produtor do Estado do Ceará.

⁴Preço recebido pelo produtor do Estado de Goiás.

⁵Preço recebido pelo produtor do Estado do Rio Grande do Sul.

⁶Preço recebido pelo produtor do Estado do Mato Grosso.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1995) e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1995).

veis no final do contrato.

Várias modificações foram introduzidas na PGPM para reduzir os gastos governamentais. Em 1992, foi introduzido o EGF especial, com objetivo de estender o EGF por um período de tempo adicional e, com isto, evitar a transformação em AGF, que exige mais recursos governamentais. Foi introduzido, também, o Valor de Financiamento (VF), baseado no *loan rate* americano, em que produtos como alho, amendoim, caju, sorgo, soja e cevada são financiados via EGF, com base no VF e não no preço

mínimo. Para viabilizar o EGF especial foi instituído o mecanismo da equalização de preços; caso o mercado não esteja praticando preços capazes de viabilizar sua quitação, o governo paga a diferença em vez de adquirir o produto.

Embora essas mudanças tenham propiciado a redução de custo com a PGPM (INDICADORES, 1996) e também a transferência da gestão dos estoques para o setor privado, alguns problemas foram identificados: 1) Uma parcela crescente da produção continuou dependente de

iniciativas e recursos do governo para retornar ao mercado (Tabela 15); 2) Continuou a não ser geral, uma vez que a equalização do EGF só beneficia aqueles que obtiveram tal financiamento. Dessa forma, os agricultores que não tiveram acesso à PGPM são duplamente penalizados (INDICADORES, 1996).

TABELA 15 - Posição dos Estoques de Grãos do Governo em 29 de Fevereiro de 1996
(em milhão de toneladas)

Ano	Aquisições do Governo Federal (AGFs)			
	Milho	Arroz	Feijão	Total de AGFs
Até 1992/93	96,9	596,0	-	692,9
1993/94	137,5	217,0	-	354,5
1994/95	336,3	174,0	-	510,3
1994/95	694,0	956,0	88,0	1.738,0
Total	1.264,7	1.943,0	88,0	3.295,7

Ano	Empréstimos do Governo Federal (EGFs)			
	Milho	Arroz	Feijão	Total de EGFs
Até 1992/93	2,6	-	-	2,6
1993/94	338,0	173,0	-	511,0
1993/94	1.692	347,0	-	2.039,0
1994/95	2.680	614,0	50,0	3.344,9
Total	4.713	1.134,0	50,0	5.897,5

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (1996).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise da dívida externa provocou modificações nas políticas macroeconômicas e, em consequência, as políticas setoriais tiveram que se ajustar a essa nova realidade. Na primeira metade da década de 90, as restrições orçamentárias decorrentes da crise fiscal do Estado levaram a uma redução substancial no montante de crédito destinado a agricultura, num contexto de maior abertura comercial e, portanto, de maior competição para os produtos agrícolas brasileiros.

A Política de Garantia de Preços

Mínimos continuou sendo utilizada como um importante instrumento de estabilização da renda dos agricultores, muito embora sua operacionalização tenha encontrado barreiras de difícil transposição, dada a absoluta falta de sintonia entre a universalidade de aplicação da garantia de preços mínimos e a restrita alocação orçamentária para a sua execução, além da irregularidade na condução da política, isto é, ora incentivando, ora desincentivando os produtores, que, assim, têm mais dificuldades em realizar um planejamento de mais longo prazo para a sua atividade.

Tal fato tornou-a pouco operante frente aos seus objetivos mais gerais, levando à introdução de novos mecanismos que procuraram viabilizar a não aquisição de grandes volumes de estoques agrícolas por parte do governo, deixando "a descoberto" parcela significativa dos produtores, notadamente aqueles cujas culturas são mais sujeitas à competição externa. Por outro lado, em função da escassez de recursos do Tesouro para financiamento da produção, os produtores também tiveram que recorrer a novas fontes de financiamento, elevando, sobremaneira, as taxas de juros dos financiamentos e dificultando assim o seu pagamento, já que os preços agrícolas de modo geral não evoluíram na mesma proporção dos custos de produção (custo operacional mais custo financeiro). Isto gerou uma crise de endividamento no setor agrícola, notadamente a partir da safra 94/95, confirmando o esgotamento do papel intervencionista do Estado nos moldes até agora estabelecidos.⁶

Apesar da decadência dos instrumentos tradicionais de política agrícola adotados nas décadas passadas, a

⁶Para maior definição do novo papel do Estado, ver FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) (1995:32).

produtividade agrícola nos anos 90 continuou a evoluir, propiciando a queda dos custos unitários de produção, que compensaram em parte a elevação dos custos financeiros. Também a introdução de novas formas de financiamento da produção (como o pagamento

em espécie, por exemplo), contribuiu para a expansão da produção auxiliando, tornando possível a contenção dos preços agrícolas, condição fundamental para um possível sucesso dos planos de estabilização, haja visto o comportamento baixista do item alimentação nos índices de inflação por ocasião da implementação dos Planos Collor e Real.

LITERATURA CITADA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1982-1994. Brasília: CONAB, 1995. No prelo.

BRESSER PEREIRA, Luiz C.; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, SP, v.11, n. 4, p.89-114. out/dez. 1991.

BUAINAIM, A. M.; REZENDE, G. C. Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: a experiência dos anos oitenta. In: RAMOS, Pedro & REYDON, Bastiaan P. (Orgs.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Plano safra 1995/96**. Brasília, 1996. (Coleção Documentos de Políticas Agrícola, v.2).

COELHO, Carlos N.; VENTURELLI, Paulo N. Agricultura no Brasil: desenvolvimento e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.4, n.1, p.5-11, jan./mar. 1995.

DIAS, Guilherme. O problema do endividamento da agricultura. _____, Brasília, v.4, n.4, p.35-36, out./dez. 1995.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. FAO. **O desenvolvimento agrícola no novo marco macroeconômico da América Latina**. Santiago, 1995.

FRANCA, Terezinha J. F. **Fontes alternativas de financiamento para o setor agrícola: o Certificado de Emissão Garantida - CEG**. Piracicaba, 1996. Tese de Mestrado. No prelo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Preços médios das lavouras**. Rio de Janeiro, 1995. No prelo.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção**. Rio de Janeiro, v.7, n.9, p.1-70, set. 1995.

Agricultura em São Paulo, SP, 44(1):27-50, 1997.

- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. de. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p. (Série IPEA, 138).
- INDICADORES DA AGROPECUÁRIA. Brasília: CONAB, v.5, n.3, mar. 1996.
- MARQUES, Mariano. Evolução e perspectivas da política comercial agrícola brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.3, n.4, p.8-10, out/dez, 1994.
- MONTEIRO, Maria J.C. O crédito rural nos anos 90. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.14-15, abr. 1995.
- _____. Produção e preços: desempenho recente. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.12-14, set. 1994.
- REZENDE, Gervásio C. Do cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.2, p.106-125, 1992.
- SILVA, Cesar R.L.; CARVALHO, Maria A. Taxa de câmbio e preços de commodities agrícolas. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.5, p.23-35, 1995.
- TSUNECHIRO, Alfredo et al. Prognóstico agrícola: algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja. **Informações Econômicas**, SP, v.25, n.9, p-13-71, set. 1995.
- VASCONCELLOS, M. A. S. de; GREMAUD, A. P.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 1996. p.1-293.
- VIEIRA, José E. de A. Bases para uma nova Política Agrícola. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.4, n.3, p.4-11, jul./set. 1995.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro. Dilemas de política cambial brasileira. **Folha de S. Paulo**, 19 fev. 1995. p.2-5.

Recebido em 19/03/97. Liberado para publicação em 27/05/97.

**AGRICULTURA, POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS E PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO
NA DÉCADA DE 90
Anexo 1**

TABELA A.1.1 - Preços Reais Recebidos pelos Produtores, Estados Seleccionados, 1990-96¹

(continua)

Ano	Algodão (R\$/@)	Arroz (R\$/60kg)		Feijão (R\$/60kg)	Milho (R\$/60kg)		
	Paraná	R. G. do Sul	Goiás	São Paulo	Paraná	Goiás	
1990							
Jan.	4,82	16,35	14,12	57,63	6,97	7,21	
Fev.	5,65	18,55	16,45	41,51	7,53	8,58	
Mar.	8,56	12,22	13,34	49,52	6,72	6,97	
Abr.	7,40	12,97	12,57	53,04	7,56	7,98	
Mai	9,44	15,15	14,36	54,39	8,93	8,65	
Jun.	9,44	16,54	17,05	58,62	10,37	9,65	
Jul.	9,14	15,09	17,97	60,00	9,89	9,98	
Ago.	9,98	14,20	16,38	49,47	10,61	10,39	
Set.	9,72	16,53	15,76	49,97	10,88	10,54	
Out.	8,74	19,14	14,68	58,83	10,26	10,84	
Nov.	7,59	23,11	15,17	53,60	10,39	10,78	
Dez.	6,75	26,18	18,60	44,27	12,18	11,89	
1991							
Jan.	6,20	24,77	18,49	47,37	10,48	12,14	
Fev.	8,24	32,79	20,17	50,84	9,86	12,02	
Mar.	10,76	32,13	20,66	53,05	9,60	11,27	
Abr.	11,02	43,02	20,22	82,95	10,09	10,27	
Mai	10,36	27,97	19,22	83,98	11,38	9,99	
Jun.	9,40	25,25	17,68	85,02	10,45	8,89	
Jul.	9,25	22,27	15,93	64,74	9,90	8,12	
Ago.	8,32	22,06	14,52	41,46	9,51	8,63	
Set.	7,72	23,07	14,60	45,14	9,86	8,46	
Out.	7,33	26,81	14,70	51,44	10,31	9,85	
Nov.	6,87	24,02	16,28	36,50	11,41	9,95	
Dez.	10,94	20,82	15,73	34,78	10,34	11,04	
Ano	Mandioca (R\$/t)	Trigo (R\$/60kg)	Soja (R\$/60kg)		Cana (R\$/t)	Café (R\$/kg)	Laranja (R\$/cento)
	S. Catarina	Paraná	Paraná	M. Grosso	São Paulo		
1990							
	23,64	9,25	12,38	12,32	16,05	0,84	4,82
	58,34	9,00	11,73	11,62	14,60	0,49	3,82
	41,64	7,99	13,34	9,23	13,91	0,78	4,02
	36,25	11,44	12,19	10,27	16,51	0,68	6,52
	29,61	11,89	14,82	12,24	15,13	0,87	3,96
	32,91	11,21	13,63	11,10	13,88	0,75	3,22
	33,90	10,86	13,59	10,66	12,29	0,74	2,96
	32,75	10,80	13,40	9,83	10,88	0,86	3,11
Ago.							
	30,21	10,33	12,51	9,99	14,42	0,81	2,55
	28,43	10,96	12,52	9,57	15,16	0,71	2,15
	26,32	10,61	12,32	10,67	17,19	0,63	2,16
	43,68	11,41	16,67	14,08	16,09	0,67	1,63
1991							
	54,63	11,29	14,71	13,28	15,04	0,73	3,03
	60,15	11,22	16,13	14,97	18,75	0,81	2,93
	48,96	11,15	17,23	14,51	17,33	0,87	2,85
	45,62	10,92	16,24	14,02	16,53	0,85	2,60
	50,55	10,69	16,64	13,78	...	0,81	...
	50,36	10,39	15,64	13,24	15,12	0,84	1,86
	44,28	10,36	14,90	12,01	15,41	0,69	1,56
	38,88	9,67	14,48	12,05	17,07	0,65	1,49
Ago.							
	31,44	10,32	16,00	13,73	14,69	0,69	1,83
	37,00	9,36	18,52	17,11	13,62	0,70	2,10
	28,61	9,72	16,93	14,26	15,56	0,68	2,69
	31,40	9,99	16,00	13,61	12,74	0,63	3,06

¹Preços deflacionados com base nos índices mensais de preços da FGV - IGP-DI.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA A.1.1 - Preços Reais Recebidos pelos Produtores, Estados Seleccionados, 1990-96¹

Ano	(continua)						
	Algodão (R\$/@) Paraná	Arroz (R\$/60kg)		Feijão (R\$/60kg) São Paulo	Milho (R\$/60kg)		
		R. G. do Sul	Goiás		Paraná	Goiás	
1992							
Jan.	5,17	17,21	14,94	36,29	8,36	10,25	
Fev.	6,18	18,93	13,76	37,02	9,40	9,67	
Mar.	7,08	16,10	13,14	39,88	8,69	9,58	
Abr.	7,03	14,86	12,37	41,82	7,92	9,04	
Mai	6,44	15,52	12,02	40,25	7,73	8,76	
Jun.	7,37	17,84	11,16	33,31	8,54	8,65	
Jul.	6,79	15,64	12,36	36,98	8,56	8,61	
Ago.	7,35	17,78	13,72	50,41	5,58	9,02	
Set.	6,83	19,36	13,43	57,07	9,19	9,46	
Out.	7,86	17,91	15,18	63,01	9,91	10,11	
Nov.	7,64	16,69	16,30	65,70	9,87	10,26	
Dez.	8,92	18,57	16,70	59,68	10,90	11,98	
1993							
Jan.	7,88	17,99	16,91	44,19	9,75	11,40	
Fev.	9,18	15,12	16,36	36,75	9,60	10,11	
Mar.	10,98	14,17	14,58	49,27	8,23	8,72	
Abr.	9,21	13,45	13,91	66,06	8,11	8,78	
Mai	8,77	13,81	13,97	76,55	8,21	8,62	
Jun.	8,02	14,13	13,83	59,87	8,50	9,61	
Jul.	7,40	14,23	12,81	42,96	8,55	8,29	
Ago.	7,41	16,97	13,72	47,26	9,69	9,46	
Set.	7,45	16,75	14,04	48,08	9,54	10,07	
Out.	7,27	16,82	14,83	42,04	9,24	9,95	
Nov.	7,08	16,99	14,81	57,48	9,58	10,02	
Dez.	7,18	19,04	17,57	65,14	10,15	10,91	
Ano	Mandioca (R\$/t)	Trigo (R\$/60kg)	Soja (R\$/60kg)		Cana (R\$/t)	Café (R\$/kg)	Laranja (R\$/cento)
	S. Cata- rina	Paraná	Paraná	M. Grosso	São Paulo		
1992							
Jan.	40,97	9,15	14,59	12,34	16,16	0,64	3,51
Fev.	76,10	8,97	15,67	14,70	16,18	0,63	3,29
Mar.	96,02	11,86	16,72	14,25	16,65	0,65	2,98
Abr.	81,65	13,59	16,34	13,91	15,62	0,61	2,86
Mai	68,01	13,85	15,21	13,73	17,21	0,55	2,51
Jun.	73,34	14,38	16,22	14,17	16,97	0,57	2,91
Jul.	69,60	14,10	15,46	13,94	17,62	0,52	2,66
Ago.	62,11	13,37	15,90	13,66	17,66	0,52	2,71
Set.	64,34	13,01	17,29	10,72	17,27	0,53	2,37
Out.	47,68	13,00	18,42	12,57	17,26	0,63	2,13
Nov.	72,47	13,00	17,61	11,98	15,36	0,71	1,98
Dez.	96,01	13,44	18,52	11,78	13,43	0,81	1,91
1993							
Jan.	100,16	12,09	16,97	14,49	12,38	0,91	1,72
Fev.	106,35	12,54	17,29	15,32	15,46	0,73	2,11
Mar.	102,04	12,50	15,57	13,20	14,39	0,84	2,01
Abr.	90,56	11,69	14,27	12,23	14,60	0,88	1,81
Mai	63,70	11,79	14,07	12,83	14,77	...	1,67
Jun.	45,65	12,91	14,55	12,90	14,43	0,68	1,43
Jul.	38,90	11,26	16,69	15,38	14,60	0,78	1,27
Ago.	42,35	11,36	17,92	16,12	15,01	0,76	1,52
Set.	48,29	10,46	16,88	14,75	14,32	0,88	1,65
Out.	59,64	10,10	16,28	14,64	14,97	0,79	1,64
Nov.	...	10,05	16,55	14,81	15,63	0,78	2,19
Dez.	...	10,28	17,16	15,16	15,41	0,82	2,60

¹Preços deflacionados com base nos índices mensais de preços da FGV - IGP-DI.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA A.1.1 - Preços Reais Recebidos pelos Produtores, Estados Seleccionados, 1990-96¹

(conclusão)							
Ano	Algodão	Arroz			Feijão	Milho	
	(R\$/@)	(R\$/60kg)			(R\$/60kg)	(R\$/60kg)	
	Paraná	R. G. do Sul	Goiás	São Paulo	Paraná	Goiás	
1994							
Jan.	7,29	18,86	17,70	31,35	9,47	10,91	
Fev.	8,05	16,21	15,73	94,77	8,20	9,17	
Mar.	8,74	14,42	12,93	122,02	7,19	7,63	
Abr.	9,24	13,99	11,70	105,38	7,14	7,56	
Mai	9,40	15,47	11,05	53,56	7,45	7,49	
Jun.	8,41	13,26	11,44	47,82	7,28	7,51	
Jul.	8,05	15,70	11,78	54,17	7,07	7,07	
Ago.	7,79	15,19	12,16	44,06	6,84	6,84	
Set.	7,67	15,71	11,97	43,39	6,73	7,48	
Out.	7,48	16,78	13,13	58,36	7,29	8,02	
Nov.	7,47	15,66	12,81	53,39	7,12	7,83	
Dez.	7,26	15,57	13,45	45,30	7,08	7,79	
1995							
Jan.	7,33	15,36	13,27	36,32	6,98	7,68	
Fev.	7,08	13,81	12,43	37,28	6,21	6,90	
Mar.	7,12	12,21	11,53	38,65	5,42	6,10	
Abr.	7,29	10,61	9,94	36,46	5,30	5,97	
Mai	6,77	9,90	9,24	33,01	5,28	5,94	
Jun.	6,27	11,58	9,01	25,73	5,79	5,79	
Jul.	5,98	11,96	8,81	25,17	5,66	5,66	
Ago.	6,06	12,42	8,70	26,09	5,59	6,21	
Set.	5,97	12,56	9,42	25,75	5,65	6,28	
Out.	6,58	12,53	9,40	26,32	6,27	6,27	
Nov.	6,65	12,99	9,28	26,59	6,80	6,80	
Dez.	6,94	13,57	10,48	35,77	6,78	6,78	
1996							
Jan.	6,97	13,93	10,30	37,56	6,66	7,27	
Fev.	6,76	13,83	10,22	36,68	6,61	7,22	
Mar.	6,45	12,60	10,80	36,60	6,60	6,60	
Ano	Mandioca	Trigo	Soja		Cana	Café	Laranja
	(R\$/t)	(R\$/60kg)	(R\$/60kg)		(R\$/t)	(R\$/kg)	(R\$/cento)
	S. Catarina	Paraná	Paraná	M. Grosso	São Paulo		
1994							
Jan.	...	10,05	16,79	14,11	15,01	0,80	3,24
Fev.	...	9,68	16,59	15,27	15,99	0,92	3,30
Mar.	...	8,94	14,89	13,56	15,09	0,87	2,76
Abr.	48,88	8,80	13,70	12,36	15,35	0,96	2,64
Mai	41,65	9,24	13,86	13,18	15,34	1,32	2,16
Jun.	33,11	9,33	14,31	13,32	15,26	1,42	2,08
Jul.	29,73	8,64	13,35	11,78	14,22	1,94	2,13
Ago.	36,34	8,36	12,92	11,40	13,64	1,66	2,17
Set.	38,78	8,98	12,72	10,47	13,39	1,75	2,29
Out.	51,40	9,48	12,40	10,94	13,00	1,64	2,55
Nov.	59,32	9,25	12,10	10,68	12,72	1,46	2,80
Dez.	50,14	9,91	12,03	10,62	12,79	1,33	3,01
1995							
Jan.	58,20	9,80	11,87	10,48	12,29	1,19	3,26
Fev.	63,29	9,67	11,74	9,67	12,27	1,23	2,37
Mar.	56,51	9,49	9,49	8,82	12,08	1,31	2,69
Abr.	39,01	9,28	9,28	7,95	11,88	1,26	2,82
Mai	32,61	9,24	9,24	7,26	12,32	1,30	2,31
Jun.	30,16	8,36	8,36	7,08	12,28	1,15	1,76
Jul.	29,66	8,81	9,44	7,55	12,13	1,04	1,43
Ago.	32,42	8,70	10,56	8,70	12,31	1,07	1,23
Set.	31,67	8,79	10,68	9,42	12,39	1,03	1,27
Out.	...	9,40	10,65	9,40	13,03	1,00	1,22
Nov.	...	10,51	11,75	9,89	13,16	1,00	1,27
Dez.	...	10,48	12,33	10,48	13,24	0,91	1,05
1996							
Jan.	...	10,30	13,33	10,91	13,06	0,95	0,91
Fev.	...	10,82	13,23	11,42	12,97	1,12	0,86
Mar.	...	11,40	12,00	10,10	0,86

¹Preços deflacionados com base nos índices mensais de preços da FGV - IGP-DI.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).